



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Avenida Vicente Simões 1111- Bairro Nova Pousa Alegre –37553-465 - Pousa Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/ E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (mandato 2018-2020), realizada em 20 de dezembro de 2018.

1 Aos vinte dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e dezoito, às **nove horas e quarenta seis**
2 **minutos**, no auditório do campus Machado, sob a Presidência do reitor, Professor Marcelo
3 Bregagnoli, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Superior (mandato 2018-2020), estando
4 presentes os Senhores Conselheiros: **Representantes Servidores Docentes:** *Selma Gouvêa de*
5 *Barros; Carlos Alberto Machado Carvalho; Beatriz Glória Campos Lago; Jane Piton Serra*
6 *Sanches; Lucas Barbosa Pelissari; Fernando Carlos Scheffer Machado. Representantes Corpo*
7 **Discente:** *Ana Paula Carvalho Batista; Renan Silvério Alves de Souza; Oséias de Souza Silva e*
8 *Felícia Erika Nascimento Costa. Representantes Servidores Técnicos Administrativos:* *Priscilla*
9 *Lopes Ribeiro; Bruna Gonçalves Machado; Marcelo Rodrigo de Castro; João Alex de Oliveira;*
10 *Rafael Martins Neves; Mayara Lybia da Silva e Mônica Ribeiro de Araújo. Representantes dos*
11 **Egressos:** *César Augusto Neves; Flávia de Fátima Rabelo e Isa Paula Avelar Rezende.*
12 **Representantes Entidades Patronais:** *Alexandre Magno e Mario Ferraz de Araújo. Representantes*
13 **Entidades dos Trabalhadores:** *Clemilson José Pereira e Teovaldo José Aparecido. Representantes*
14 **do Setor Público ou Estatais:** *Eyder de Souza Lambert. Representantes Diretores-gerais dos*
15 **campi:** *Luiz Flávio Reis Fernandes; Carlos Henrique Rodrigues Reinato; João Paulo de Toledo*
16 *Gomes; Thiago Caproni Tavares; Mariana Felicetti Rezende; Francisco Vitor de Paula; João*
17 *Olympio de Araújo Neto e Renato Aparecido de Souza. Justificaram ausência: Representantes do*
18 **Setor Público ou Estatais:** *Cel. Cássio Antônio Fernandes.* A pauta foi encaminhada
19 antecipadamente, por e-mail, aos Conselheiros, sendo: pauta da reunião Consup 20/12/2018: 1.
20 Palavra do presidente. 1.1 Palestra com o Procurador Dr. Dauri Ribeiro Silva. 1.2 Homologação das
21 resoluções *ad referendum* 061/2018. Dispõe sobre a alteração do Projeto Pedagógico do Curso
22 Bacharelado em Ciência da Computação Campus Passos. 062/2018. Dispõe sobre a alteração do
23 Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Ciências Biológicas – Campus Poços de Caldas.
24 063/2018. Dispõe sobre a alteração do Projeto Pedagógico do Curso Tecnologia em Produção
25 Publicitária – Campus Passos. 064/2018. Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso
26 de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos. 065/2018. Dispõe sobre a alteração do Projeto
27 Pedagógico do Curso (PPC) com aumento de vagas de 35 para 40 do curso Engenharia Agrônoma –
28 Bacharelado IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. 066/2018. Dispõe sobre a alteração do

29 Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com aumento de vagas de 40 para 60 do curso Licenciatura em
30 Ciências Biológicas – Campus Machado. 067/2018. Dispõe sobre a alteração do Projeto Pedagógico
31 do Curso (PPC), com aumento de 40 para 50 vagas do curso Bacharelado em Zootecnia – Campus
32 Machado. 068/2018. Dispõe sobre a alteração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com aumento
33 de 40 para 50 vagas do curso Bacharelado em Administração – Campus Machado. 069/2018. Dispõe
34 sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso Engenharia Ambiental – Campus
35 Inconfidentes. 070/2018. Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso
36 Licenciatura em Pedagogia – Campus Inconfidentes. 071/2018. Dispõe sobre a alteração do Projeto
37 Pedagógico do Curso: Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Campus Inconfidentes com
38 correção de endereço e redução de vagas anuais de 70 para 35. 072/2018. Dispõe sobre a aprovação
39 da revogação da Resolução 101/2013, que dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência
40 Estudantil do IFSULDEMINAS e da Resolução 090/2017 que dispõe sobre a alteração do
41 Regulamento do Auxílio Estudantil – IFSULDEMINAS. 073/2018. Dispõe sobre a atualização da
42 publicação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Graduação, Licenciatura em Pedagogia, na
43 modalidade EaD, Projeto de parceria em rede. 2- Plano de Auditoria Interna para o exercício de 2019
44 – PAINT; 3- Eleições Consup 2018; 4- PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e
45 Comunicação; 5- Alterações em PPCs dos cursos: técnico em administração subsequente, técnico em
46 agropecuária integrado, técnico em Informática Integrado, agronomia, pós-graduação em informática
47 na educação, técnico em segurança do trabalho, sistemas de informação, técnico em administração
48 subsequente, técnico em alimentos subsequente, criação de novos Cursos: técnico em alimentos
49 integrado, história, pós-graduação em tecnologias para internet das coisas, pós-graduação em
50 liderança; 7- PPC lato sensu Campus Passos; 8- Alteração da Resolução Consup 117/2016, que
51 dispõe sobre o Regimento dos Cursos de Pós-Graduação do IFSULDEMINAS; 9- Alteração da
52 Resolução Consup 013/2014, que dispõe sobre o Regimento da Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação
53 e Inovação do IFSULDEMINAS; 10- Minuta de proposta de Resolução que institui o Programa
54 Institucional de Bolsas do IFSULDEMINAS (PIBO/IFSULDEMINAS); 11- Minuta do Plano de
55 Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS (2019-2023); 12- SIORG. 13- Minuta de
56 proposta de Resolução que institui o Estatuto das Atléticas do IFSULDEMINAS; 14- Minuta de
57 proposta de Resolução de Atribuições dos Coordenadores de Cursos do IFSULDEMINAS; 15
58 Calendários 2019 dos campi do IFSULDEMINAS; 16- Minuta de proposta do Regimento da
59 Comissão Própria de Avaliação do IFSULDEMINAS (CPA/IFSULDEMINAS). Pauta identificada
60 não como proposta do CEPE, mas como do Gabinete, conforme parecer 604 D/2018/PGF/PF-
61 IFSULDEMINAS. 17- Apreciação dos projetos da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da
62 Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico (Fadema). 18- Novo Marco Legal da
63 Ciência e Tecnologia. 19- Expedientes. **Item 01. Palavra do Presidente.** O Presidente da reunião
64 Marcelo Bregagnoli deu início agradecendo a presença de todos e destacou que na primeira parte da
65 reunião aconteceria o ato formal de posse dos novos conselheiros para o biênio 2018-2020 e que
66 antes desse ato o procurador da instituição, Dr. Dauri Ribeiro, realizaria uma explanação a respeito do
67 papel do Conselheiro no IFSULDEMINAS. O presidente ressaltou a importância do papel dos
68 conselheiros e de os novos membros abraçarem esse papel, a seguir ele passou a palavra para o
69 procurador. Dr. Dauri Ribeiro discorreu a respeito da sua atuação na instituição durante os últimos
70 nove anos, sua formação, atuação profissional e satisfação em trabalhar no IFSULDEMINAS. O
71 procurador enfatizou a importância do dialogo para a resolução dos problemas. Para tratar da unidade
72 e dependência dos campi em relação à reitoria e ao Consup, realizou metáfora com a relação do sol e
73 dos planetas. Ele discorreu sobre responsabilidades das atividades do Conselho Superior, destacou a
74 gestão democrática do órgão e a necessidade de os membros do Conselho Superior conhecerem

75 minimamente a legislação pertinente para uma atuação responsável. Ele discorreu a respeito da lei
76 8.429, de 02 de junho de 1992, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 9.784, de 29 de janeiro de
77 1999, da Lei 12. 527, de 11 de dezembro de 1990, da Lei 13.005, 25 de junho de 2014, da Lei 11.892,
78 de 29 de dezembro de 2008 e da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. A seguir ele tratou da
79 previsão legal do Conselho Superior e destacou a função consultiva e deliberativa do conselho dando
80 exemplos de cada um dos casos, abordou também os princípios da administração pública previstos no
81 art. 37 da CF 88, bem como as responsabilidades dos agentes públicos. De acordo com ele, os alunos
82 e a evolução da sociedade são a razão da existência das políticas públicas de educação, portanto,
83 todos os processos deliberativos da instituição devem ser voltados para eles ou para as necessidades
84 da sociedade. Finalizada sua explanação, o procurador se colocou a disposição para tirar dúvidas
85 individuais após a reunião. A palavra retornou ao presidente que agradeceu as palavras do procurador
86 e informou que após a posse formal seria realizado intervalo para o almoço e no período da tarde a
87 reunião continuará no prédio administrativo. Procedeu à solenidade de posse, nesse momento os
88 novos membros foram chamados individualmente para assinatura do termo de posse e preencher a
89 declaração de autorização de disponibilização do termo de declaração de imposto de renda.
90 Finalizado o empossamento dos novos membros, foi tirada uma fotografia dos membros recém-
91 empossados e realizada pausa para o almoço às onze horas e trinta e cinco minutos. A reunião
92 retornou ao meio dia e cinquenta e cinco, Marcelo Bregagnoli deu início à segunda etapa da reunião
93 do mandato destacando que deveria ser definido o secretário do conselho para aferição do quorum.
94 Ele destacou também a nota e índice da instituição em nível mundial pela avaliação do *Green metric*,
95 o IFSULDEMINAS obteve nota 4. Ele destacou a dimensão dessa conquista que coloca a instituição
96 entre as vinte de excelência por meio desse índice qualitativo, sendo a colocação do
97 IFSULDEMINAS o sexto lugar e motivo de orgulho sendo o único instituto em posição de destaque
98 nessa lista, ele ainda frisou o trabalho da equipe que levou a essa vitória. Ele se desculpou ainda e
99 explicou que a primeira reunião terá duração maior, tendo em vista a solenidade de comemoração dos
100 dez anos dos institutos federais e posse dos novos membros. Ele esclareceu que o IFSULDEMINAS
101 está respondendo a doze solicitações de auditoria de Educação a distância e que o setor está
102 exclusivamente trabalhando em responder tais auditorias, porém que não haverá auditoria *in loco* o
103 que demonstra a credibilidade da instituição, pois é comum que o Tribunal de Contas da União - TCU
104 realize auditorias *in loco* a cada quatro anos. Ele informou ainda que o IFSULDEMINAS recebeu
105 emenda de bancada que foi repassado aos institutos federais para compra de equipamentos. Ele
106 apontou ainda que, no que diz respeito aos últimos quatro anos, foi feita análise de recursos extra à
107 Lei Orçamentária Anual (LOA) e foram capitaneados setenta e dois milhões de reais. Passou-se então
108 à eleição de secretário para apoiar as reuniões e organizar as falas e o tempo de fala, Marcelo
109 Bregagnoli perguntou se havia candidatos e Pedro Luiz Costa Carvalho se manifestou.
110 Posteriormente, aferiu-se o quorum dos conselheiros, estavam presentes trinta e três conselheiros,
111 sendo o quorum mínimo necessário de vinte e um conselheiros, sendo quarenta e um o total de
112 conselheiros membros. Esse número de membros está abaixo do previsto em virtude de que não
113 houve candidatura de egressos em todos os campi. Passou-se ao item 1.2 da pauta que trata da
114 homologação das resoluções *ad referendum*. Ele destacou que as resoluções *ad referendum*
115 acontecem quando existe uma necessidade de aprovação não sendo possível aguardar a próxima
116 reunião do conselho, tal situação aconteceu em virtude do prazo estabelecido pelo sistema e-MEC,
117 Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Giovane Silva realizou explanação
118 a respeito desse encaminhamento destacando que os PPCs aprovados tratam de atualização e
119 alteração de vagas. Com relação às atualizações, dizem respeito à formalidade exigida pelo sistema e-
120 MEC, sendo que portarias recentemente publicadas exigem que os PPCs sejam publicados com

121 menos de sessenta dias. Com relação às alterações, aconteceram em virtude de que alguns campi
122 enviaram número de vagas acima do número ofertado em vestibular, exigindo tais alterações. Ele
123 realizou ainda esclarecimentos a respeito da Resolução 69/2017 na qual consta que os PPCs devem
124 ter no mínimo um ano para que sejam alterados, ele explicou que essa regra não foi seguida em
125 virtude de regulamentação maior emitida pela SETEC/MEC na qual consta que o fomento seria
126 baseado na carga horária mínima dos cursos, considerando que alguns cursos possuem carga horária
127 acima da mínima, geraria, assim, prejuízo orçamentário, sendo necessárias alterações antes mesmo de
128 o PPC completar um ano. Finalizada a explanação, passou a palavra aos conselheiros para
129 questionamentos e encaminhamentos. Renan de Souza fez uso da palavra e perguntou se deveriam
130 opinar sobre todos os PPCs de uma só vez ou se seriam passados individualmente. Marcelo
131 Bregagnoli destacou que deveriam dar parecer das resoluções 61 até a 73, exceto a 72 que seria
132 avaliada separadamente. Renan de Souza destacou que os códigos postais (CEPs) de quase todos os
133 PPCs estavam equivocados. Ele destacou que um dos PPCs não possui sumário e alguns não
134 possuíam paginação no corpo do texto. Com relação ao conteúdo, ele destacou que as alterações
135 foram pautadas em pontos específicos, porém alguns itens poderiam ser acrescentados como o que
136 diz respeito à resolução 102/2013 e o art. 104 da Resolução 69/2017. O presidente respondeu que não
137 foi possível fazer uma revisão aprofundada em todos os PPCs, mas que isso já está sendo planejado e
138 que posteriormente será enviado ao Consup. Giovane Silva destacou que tais formatações já estão
139 sendo avaliadas e que aguardavam a posse dos novos membros do conselho para a realização de uma
140 ficha catalográfica atualizada. Giovane Silva enfatizou que a presente pauta é meramente atualização
141 de datas e vagas e que não foi realizada alteração orgânica. Assim sendo, foram aprovados os itens
142 dos 61 ao 71 e o 73 das resoluções *ad referendum*. A resolução 72 foi apresentada por Lindolfo Silva
143 Jr., Marcelo Bregagnoli destacou que essas adequações tiveram que ser feitas, visto que a demanda
144 triplicou e o recurso da assistência estudantil permaneceu estável e que tal situação foi discutida com
145 os grupos de assistente sociais e essa alteração vai ao encontro a uma adequação que a instituição está
146 fazendo frente a emenda constitucional 95/2016 que dispõe sobre o limite do teto com serviço
147 público. Lindolfo Silva Jr. realizou uma apresentação geral sobre a Assistência Estudantil e
148 estruturação da diretoria, posteriormente tratou da revogação da resolução 101/2013, atual resolução
149 do auxílio estudantil, sendo aprovada a nova resolução, os estudantes serão atendidos de acordo com
150 as possibilidades de cada campus, sendo que haverá um teto. Ele destacou que já foi iniciado o
151 processo de revisão dos auxílios, sendo que haverá prioridade para atender os alunos que já possuem
152 o auxílio. Finalizada a explanação, Renan de Souza fez uso da palavra e perguntou o que
153 regulamentará os auxílios uma vez que as resoluções atuais, 101/2013 e 90/2017, estão sendo
154 revogadas. Lindolfo Silva Jr. destacou que será temporariamente regulamentados pela resolução nº
155 4/2018 que encontra-se no site da instituição e que no início do ano de 2019 já está prevista a
156 construção de nova resolução. Posteriormente, o item 72 foi aprovado por unanimidade dos votos.
157 Marcelo Bregagnoli agradeceu o trabalho de Lindolfo Silva Jr. buscando a otimização de recurso.
158 Passou então ao segundo item de pauta: **2- Plano de Auditoria Interna para o exercício de 2019 –**
159 **PAINT**. Eufrasia Melo realizou explanação a respeito do PAINT, destacou que o foco em 2019 será a
160 melhoria da governança e a gestão riscos e destacou que para a construção desse plano são
161 consideradas as demandas da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União
162 (TCU). Ela explicou que o objetivo da auditoria é passar a certeza de que o gestor está no caminho
163 certo e se colocou a disposição para dúvidas, não havendo manifestações, o plano foi aprovado por
164 unanimidade de votos. Marcelo Bregagnoli agradeceu a atuação do setor de auditoria e destacou que
165 o fato de não haver auditoria na instituição há seis anos indica um trabalho de excelência da
166 instituição. Passou-se ao próximo item de pauta: **3- Eleições Consup 2018**. Gabriel Maduro

167 apresentou, enquanto membro do conselho eleitoral, um resumo das eleições para os membros
168 Consup, ele destacou que a candidatura foi aberta para os quatro segmentos, sendo eles: docentes,
169 discentes, egressos e técnicos administrativos, ele explicou que na reitoria aconteceu eleição somente
170 para o segmento de técnico administrativo. Ele apontou ainda que o processo não obteve recurso.
171 Terminada a explanação e não havendo nenhuma manifestação o item foi aprovado por unanimidade
172 dos votos. Passou-se ao próximo item: **4- PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e**
173 **Comunicação.** Gabriel Maduro discorreu sobre as diretrizes do plano de tecnologia da informação
174 (TI), construção de estratégia de capacitação de pessoal para área de TI e o plano de compras
175 compartilhadas de TI. Ele solicitou a atualização de investimentos sem passar pelo Consup, visto que
176 ele deve ser atualizado a cada dois meses e essa decisão já passa por três instâncias, sendo uma delas
177 colegiada, finalmente ele explicou que no último capítulo é tratada a acessibilidade digital, ele
178 discorreu sobre os índices de governança de TI e o índice de gestão de TI medidos pelo TCU, sendo
179 que atualmente a instituição possui índice de governança 48% e o de gestão de 45% e que a meta é
180 chegar a 70%. Marcelo Bregagnoli agradeceu a apresentação e destacou a ampliação do *datacenter*
181 da instituição, finalizadas as explanações, os conselheiros deliberaram pela aprovação do item por
182 unanimidade dos votos. Considerando a necessidade do servidor Lindolfo Silva Jr. retornar à reitoria
183 o item treze da pauta foi adiantado: **13- Minuta de proposta de Resolução que institui o Estatuto**
184 **das Atléticas do IFSULDEMINAS.** O servidor Lindolfo Silva Jr. destacou a atuação das atléticas
185 para que os alunos do curso superior possam participar das competições de esporte, visto que até
186 então esses alunos não participam dessas competições esportivas, essa ação visa institucionalizar a
187 prática do esporte para os alunos dos cursos superiores. Selma de Barros destacou que o campus
188 Inconfidentes já possui uma atletica e questionou como seria o funcionamento e eleição dos
189 membros. Lindolfo Silva Jr. destacou que a atletica que já existe continuará com o Cadastro Nacional
190 da Pessoa Jurídica (CNPJ) que já possui e que quanto à eleição dos membros, os estudantes que já
191 compõem podem se candidatar, porém não podem compor a comissão eleitoral, não havendo
192 manifestação, o item foi aprovado por unanimidade dos votos. Passou-se ao próximo item: **5-**
193 **Alterações em PPCs dos cursos: técnico em administração subsequente, técnico em**
194 **agropecuária integrado, técnico em Informática Integrado, agronomia, pós-graduação em**
195 **informática na educação, técnico em segurança do trabalho, sistemas de informação, técnico em**
196 **administração subsequente, técnico em alimentos subsequente, criação de novos Cursos: técnico**
197 **em alimentos integrado, história, pós-graduação em tecnologias para internet das coisas, pós-**
198 **graduação em liderança.** Giovane Silva apresentou inicialmente os PPCs que sofreram alterações,
199 destacou que em alguns casos aconteceram alterações orgânicas e outras alterações na matriz.
200 Passou-se então às dúvidas a respeito das alterações de cada curso, Renan de Souza destacou que se
201 há necessidade de ajuste de CEP e a respeito dos itens que tratam dos deficientes, ele destacou a falta
202 de maior precisão e detalhes da resolução 102/2013, ele julgou a simples menção a resolução
203 insuficiente. Giovane Silva destacou que a resolução atende ao necessário e que as resoluções não
204 devem ser reproduzidas nos PPCs. Os PPCs supracitados foram aprovados com um voto contrário.
205 Giovane Silva apresentou então os PPCs dos novos cursos criados: técnico em Alimentos Integrado,
206 história, pós-graduação em Tecnologias para Internet das coisas, pós-graduação em Liderança. Ele
207 esclareceu que essa criação dos novos cursos já é resultado da redução e liberação de carga horária,
208 agradeceu o esforço dos campi para a criação dos cursos e apontou que a lei 11.892 é clara ao
209 estabelecer percentuais mínimos de atendimento de 50% das vagas de cursos técnicos, 20% em
210 cursos de licenciatura e 10% das vagas em cursos de formação em Educação de Jovens e Adultos
211 (EJA). Ele destacou que havia dúvida se o cálculo do número de vagas deveria ser feito baseado no
212 número das vagas ofertadas ou das matrículas equivalentes, essa questão foi resolvida com as

213 portarias 1162/2018 e 51/2018 que estabelecem o conceito de matrícula equivalente, assim sendo, o
214 efeito de calculo passa a ser esse. Giovane Silva apresentou então uma tabela com os dados atuais da
215 instituição a esse respeito. Ele apontou ainda o Decreto 9057/2017 o qual determina que os institutos
216 devem promover a verticalização dos cursos na abertura. Passou-se então à aprovação dos quatro
217 cursos os quais foram aprovados por unanimidade dos votos. Marcelo Bregagnoli destacou a
218 disposição de oferta de curso *lato senso* e agradeceu o trabalho da Pró-Reitoria de Ensino e dos campi
219 envolvidos. Considerando que o item 7 é dependente do item 8, este item foi adiantado. **8- Alteração**
220 **da Resolução Consup 117/2016, que dispõe sobre o Regimento dos Cursos de Pós-Graduação do**
221 **IFSULDEMINAS.** A apresentação da pauta foi realizada por Syndinara Ferreira, ela tratou a respeito
222 das modificações do regimento interno de pós-graduação *latu senso* do IFSULDEMINAS, destacou
223 que essa atualização está ocorrendo em virtude de uma nota do Conselho Nacional de Educação de
224 abril de 2018, informou que foram modificados alguns itens e posteriormente foram enviados às
225 câmaras para sugestões e aprovações, passou à apreciação dos conselheiros, o item foi aprovado por
226 unanimidade dos votos. Passou-se ao próximo item: **7- PPC lato sensu Campus Passos.** O reitor
227 destacou que essa pauta não veio do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), que ela
228 passou pela Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CAPEPE), João Paulo Toledo
229 apresentou a pauta e reforçou que não houve tempo hábil para envio ao CEPE, sendo que essa pauta
230 vem diretamente da CAPEPE. Ele destacou que os cursos cujas atualizações estão sendo apresentadas
231 dizem respeito a cursos que já estão em andamento e foi finalizada a primeira turma há quinze dias
232 atrás, sendo realizadas atualizações a respeito da nova regulamentação. Finalizada a apresentação,
233 Renan de Souza manifestou-se destacando necessidade de ajuste no anexo 1, que ao invés de curso
234 pós-graduação está como curso de graduação. O item foi aprovado por unanimidade dos votos.
235 Marcelo Bregagnoli parabenizou a equipe do Campus Passos que tem se destacado na oferta da
236 formação continuada. Passou-se então ao próximo item: **9- Alteração da Resolução Consup**
237 **013/2014, que dispõe sobre o Regimento da Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do**
238 **IFSULDEMINAS.** Syndinara Ferreira realizou explanação a respeito das alterações realizadas no
239 regimento da CAPEPE, destacando a redução do número de membros e alteração de quorum. Não
240 havendo manifestação, o item foi aprovado por unanimidade dos votos. Próximo item: **10- Minuta de**
241 **proposta de Resolução que institui o Programa Institucional de Bolsas do IFSULDEMINAS**
242 **(PIBO/IFSULDEMINAS).** Cléber Àvila realizou a apresentação da Resolução de bolsas, ele
243 apresentou a trajetória do documento e que foram consultadas resoluções similares de diversas
244 instituições para que fosse construída a versão apresentada. Ele informou que o documento obteve
245 contribuições do CEPE e que essa resolução busca atender a uma demanda institucional por
246 profissionais. Marcelo Bregagnoli acrescentou que deverão criadas estruturas internas para atender a
247 demanda de Educação à Distância (EAD). A palavra foi passada aos conselheiros e Bruna Machado
248 questionou se os técnicos administrativos somente poderiam receber Programa Institucional de
249 Qualificação (PIQ) ou haveria regulamentação para que pudessem receber bolsa? Marcelo Bregagnoli
250 destacou que o PIQ é auxílio e não bolsa. Bruna Machado perguntou se seria permitido o recebimento
251 de bolsas por meio da fundação de apoio, Cléber Àvila explicou que essa resolução é para normatizar
252 a relação da instituição com os bolsistas, não interferindo na questão da fundação de apoio que é
253 regulamentada pela resolução 08/2015. Marcelo Bregagnoli destacou que o PIBO é forma jurídica
254 para institucionalizar o programa, sem esse instrumento não seria possível. Giovane Silva destacou
255 que o objetivo da resolução é viabilizar a contratação de externos e não para privilegiar professores,
256 que os técnicos não foram incluídos na resolução em virtude de recomendação legal. O item foi
257 aprovado com uma discordância. Marcelo de Castro, TAE do Campus Muzambinho, destacou que
258 discorda que somente os TAE ficaram excluídos desse programa de bolsa. Passou-se ao próximo

259 item: **11- Minuta do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS (2019-2023).**
260 A pauta foi apresentada pelo Pró-Reitor Flávio Calheiros, ele apresentou a trajetória para sua
261 construção que iniciou no ano de 2017, que esse documento é uma forma de apresentação
262 institucional e também uma ferramenta de planejamento, ele destacou o trabalho de levantamento
263 institucional prévio realizado, o planejamento estratégico, o momento de dialogo realizado nas
264 audiências em cada campus e a importância do documento ter sido realizado de maneira
265 compartilhada com participação da comunidade e publicização por meio do site institucional,
266 demonstrando uma construção democrática, destacou que esse documento deve ser utilizado como
267 ferramenta de gestão e não como mera formalidade. Passou-se então à deliberação e o item foi
268 aprovado por unanimidade dos votos. Marcelo Bregagnoli agradeceu o trabalho da comissão do PDI
269 e do Pró-reitor Flávio Calheiros, destacando que foi sua última participação no Consup como Pró-
270 Reitor de Desenvolvimento Institucional, visto que está retornando para o Campus Poços de Caldas.
271 Próximo item: **12 – SIORG.** Marcelo Bregagnoli destacou que esse ponto de pauta não possui anexo,
272 porém está sendo apresentado ao Consup porque envolve o organograma da instituição, esse ponto foi
273 apresentado por Flávio Calheiros o qual tratou do organograma da instituição, ele apontou a
274 necessidade de regulamentação de setores que já existem na prática e não estão vinculados no
275 SIORG, ele citou exemplo da coordenação de arquivos. De acordo com ele, tais setores devem ser
276 regimentados na teoria, serão necessários dados dos campi a respeito da situação atual dos seus
277 organogramas para a devida regulamentado no SIORG, não havendo manifestações passou-se ao
278 próximo ponto de pauta. Esse item foi de cunho de esclarecimento e não deliberativo. Marcelo
279 Bregagnoli parabenizou a atuação de Flávio Calheiros a frente da Pró-Reitoria de Desenvolvimento
280 Institucional, Flávio Calheiros agradeceu a oportunidade e confiança. Passou-se ao item 14 que veio
281 do CEPE, sendo que passou também pela CAMEM e pelo procurador, ele destacou que o
282 IFSULDEMINAS é um dos únicos institutos do país que possui Função para Coordenadores de
283 Curso - FCC para todas as coordenações de curso, sendo esse um problema de muitas instituições.
284 Próximo item: **14- Minuta de proposta de Resolução de Atribuições dos Coordenadores de**
285 **Cursos do IFSULDEMINAS.** Esse item foi apresentado por Giovane Silva o qual destacou que essa
286 proposta regulamenta as atribuições dos coordenadores de curso e está em construção desde o ano de
287 2016. Essa mudança aconteceu em virtude de que os processos regulatórios sofreram mudanças de
288 considerável impacto, ele destacou o trabalho da diretora de ensino e procuradora de ensino para a
289 construção desse documento. Beatriz Lago fez uso da palavra e sugeriu que a homologação do ponto
290 seja uma função do coordenador, ela sugeriu um capítulo para o vice-coordenador com funções
291 atribuídas a ele, visto que eles pontuam na normativa. Selma de Barros fez uso da palavra e destacou
292 a ausência da homologação de ponto no documento e o esclarecimento se coordenador de curso é ou
293 não o chefe imediato dos docentes do curso. Com relação a homologação do ponto, Giovane Silva
294 destacou que isso estava no documento, porém foi feita a solicitação de retirada pela Câmara de
295 Ensino (CAMEM), tendo em vista a ausência de um esclarecimento maior sobre essa questão, a
296 CAMEM solicitou maior detalhamento dessa questão por meio de ofício, João Paulo Toledo destacou
297 que tal situação deve ser incluída, pois existe resistência na realização da homologação. Carlos
298 Henrique Reinato e Jane Sanches concordaram que o ponto deve ser homologado pelos
299 coordenadores de curso, porém que os coordenadores não são chefes dos docentes. Eles apontaram
300 que tal situação no organograma é inviável, visto que existem professores atuando em cursos
301 diversos. Jane Sanches destacou ainda que já existe uma portaria dos campi que estabelece que essa
302 homologação deve ser realizada pelos coordenadores de curso. Mayara da Silva destacou que essa
303 situação deve ser discutida, visto que é inviável o Diretor de Desenvolvimento Educacional (DDE)
304 homologar de todos os docentes do seu respectivo campus, visto que deve haver um

acompanhamento mais próximo pela pessoa que homologa os pontos para que a homologação seja efetiva e não mera formalidade. Ele destacou ainda que é polêmica a questão de ser ou não o coordenador de ensino chefia imediata dos docentes. Renan de Souza sugeriu que fosse colocado nesse documento que a homologação será realizada de acordo com a portaria de cada campus, ele foi respondido por Marcelo Bregagnoli que portarias são dicionariarias dos diretores. Jane Sanches destacou que existe uma portaria que regulamenta que os coordenadores de curso devem homologar os pontos, ela destacou que o coordenador de curso não é chefia dos docentes, embora homologue os pontos, no organograma não consta tal situação. O item foi para votação, sendo que os conselheiros deveriam se manifestar por manter o documento como estava ou incluir a homologação do ponto. O documento foi aprovado como estava, entretanto houve 10 votos contrários dentre os 36 presentes. Próximo item: **15 - Calendários 2019**. Não houve apresentação desse item, uma vez que já havia sido discutido nos campi, não houve observações a respeito do calendário por parte dos conselheiros, sendo assim, o calendário aprovado por unanimidade dos votos. Próximo item: **16 - Minuta de proposta do Regimento da Comissão Própria de Avaliação do IFSULDEMINAS (CPA/IFSULDEMINAS)**. A pauta foi apresentada por Giovane Silva que reconheceu o trabalho da CPA e destacou que essa comissão tem autonomia em relação aos órgãos colegiados, ele destacou o trabalho de Ivan Pereira e Rony da Silva dentro da comissão. Ivan e Rony da Silva contribuíram também com a apresentação da pauta, destacando que o objetivo do novo regimento é fortalecer as CPAs locais, que essa comissão trabalha com avaliações institucionais e de curso, Ivan Pereira destacou que o novo regimento propõe a redução do número de membros, visto que a composição atual é muito grande e dificulta a comunicação, outra proposta é o aumento do número de reuniões e inclusão dos DDEs e CGEs nas comissões locais. João Paulo Toledo parabenizou os membros da comissão e questionou se inclusão de DDE e DEP nas comissões locais não seria prejudicial, pois se os mesmos participam da CPA não poderão contribuir na avaliação *in loco*, ele sugeriu a remoção desses cargos da comissão. Jane Sanches concordou com João Paulo Toledo e acrescentou que a participação da gestão na comissão é também prejudicial, pois a gestão também é avaliada pela comissão. Ivan Pereira destacou que a presença dos DDEs e DEPs na comissão traz mais benefícios do que prejudica a comissão, visto que a aproximação com a gestão ajuda na eficiência das atividades e que a CPA participa também das avaliações *in loco*. Ele apontou que o trabalho da comissão acontece por meio do processamento de respostas, assim sendo, um DDE ou um CGE não interferiria no resultado dessa avaliação, não havendo espaço para conflito de interesses, visto que o interesse maior é o progresso da instituição. Rony da Silva destacou que esse tema foi polêmico dentro da comissão, sendo que houve divergência dentro da mesma, ele destacou a dificuldade do envolvimento dos membros com os trabalhos. Ivan acredita que pode haver conflito de interesses em determinados momentos como quando houver necessidade de cobrar algo da gestão e houver um membro da mesma dentro do próprio grupo. Beatriz Lago destacou que a presença de um gestor na comissão não seria visto positivamente pela gestão de riscos. Thiago Caproni destacou que acha também que não seria viável a presença da gestão na comissão, visto que seria mal visto pelo Ministério da Educação (MEC) e entende que a presença da gestão não garante participação na comissão, ele destacou que nas avaliações do MEC a gestão tem tido pouca participação. Carlos Henrique Reinato destacou que a comissão passa por dificuldades com a ausência dos membros nas atividades da comissão, sendo que existe a necessidade da ajuda dos DEP e DDEs mesmo que não estejam como membros da comissão. Ivan Pereira destacou que é avaliador externo do MEC e que desconhece legislação que proíba a presença da gestão na comissão. Além disso, o tempo da comissão atual está se esgotando e iniciará uma nova composição a qual não terá experiência necessitando assim do apoio da gestão. Calos Alberto Carvalho destacou que concorda com o Carlos Henrique Reinato e reforçou que caso a gestão

351 não esteja na comissão pode comprometer os trabalhos, ele enfatizou a necessidade de que os
352 candidatos tenha conhecimento das regras, sendo uma delas o compromisso com os trabalhos da
353 comissão bem como com as datas das reuniões. Marcelo Bregagnoli perguntou se a proposta de
354 Carlos Henrique Reinato atende à CPA e apontou o art.2, parágrafo 2 que diz que a CPA, para fins de
355 suporte administrativos está vinculada à PRODI e PROEN, e perguntou a opinião se esse artigo é o
356 suficiente. Ivan Figueiredo destacou a dificuldade de candidatos para os trabalhos da comissão. Rony
357 da Silva sugeriu que o mencionado artigo seja retirado para posteriores discussões a respeito da
358 participação ou não da gestão na comissão como membro e que o restante seja aprovado para que as
359 atividades sejam encaminhadas. Tal sugestão foi acatada pelo conselho por unanimidade de votos.
360 Marcelo Bregagnoli agradeceu os membros da comissão presentes pelo trabalho que vem sendo feito
361 por poucos. Próximo item: **17- Apreciação dos projetos da Fundação de Apoio ao**
362 **Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico (Fadema).**
363 Esse item foi apresentado por Cléber Ávila Barbosa e Christofer Carvalho Vitor os quais destacaram
364 os trabalhos da Fadema, apresentando os objetivos da fundação, principais projetos com o
365 IFSULDEMINAS. Cléber Ávila destacou que essa apresentação a respeito do trabalho da fundação
366 de apoio é realizado anualmente conforme previsto no regimento da própria fundação e adiantou que
367 o seu parecer e o do servidor Fabrício Silva, enquanto Diretor de Administração, é de que os
368 objetivos finalísticos foram todos atingidos sendo favorável a aprovação desse relatório apresentado
369 pela fundação. Christofer , considerando os novos conselheiros recém empossados, realizou um
370 histórico da atuação da fundação, a relevância dos trabalhos realizados e seus objetivos. Ele ainda
371 explanou a respeito dos principais projetos executados na reitoria e nos campi no decorrer do ano e se
372 colocou a disposição para esclarecimento de dúvidas. Marcelo Bregagnoli agradeceu a apresentação e
373 não havendo manifestações o item foi aprovado por unanimidade dos votos. O reitor destacou
374 projetos integradores que serão desenvolvimentos no decorrer do próximo ano como a Fundação
375 Nacional de Saúde (FUNASA) no valor de dez milhões de reais e o projeto alvorada no valor de 700
376 mil reais e ainda um projeto que está em discussão a respeito de um mapeamento de todo o sul de
377 Minas Gerais no valor de um milhão de reais. Próximo item: **18- Novo Marco Legal da Ciência e**
378 **Tecnologia.** Esse item foi apresentado por Syndinara Ferreira, sendo uma proposta de
379 encaminhamento a respeito da política de inovação do IFSULDEMINAS, sobre o marco de ciência e
380 tecnologia. De acordo com ela, em atendimento à lei 13.246, de 11 de janeiro de 2016, e a um decreto
381 lançado no mesmo ano, nº 9 283, foi elaborada a proposta para dar início à melhorias nas políticas de
382 inovação, isso vai ao encontro do novo marco legal de tecnologia e inovação, esse processo
383 acontecerá em colaboração mutua com todos os campi. O objetivo é criar uma comissão para que,
384 juntamente com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), delibere a respeito dessa política de
385 inovação. Passou-se ao próximo item: **19 - Expedientes.** Foi tratada a questão dos PPCs dos campi
386 Poços de Caldas e Muzambinho os quais serão apresentados na próxima reunião, o reitor
387 encaminhará *ad referendum*, visto que não foi possível finalizar para a presente reunião. Giovane
388 Silva destacou que as alterações se tratam de alterações de carga horária. Foi apontado que será
389 reformado o casarão do Campus Carmo de Minas, sendo que o recurso já foi liberado. Encerrando as
390 apresentações das pautas, o reitor Marcelo Bregagnoli agradeceu a presença dos novos membros do
391 Consup pelas deliberações. O Presidente declarou encerrada a reunião às quinze horas e quarenta e
392 nove minutos. Eu, Juliana do Carmo Jesus Pio, Secretária “*ad hoc*” deste Conselho, lavrei a presente
393 Ata, que após apreciação será assinada por todos os presentes. Machado, vinte de dezembro de 2018.
394

Presidente do Conselho Superior

Marcelo Bregagnoli

Representantes Docentes

Selma Gouvêa de Barros

Carlos Alberto Machado Carvalho

Beatriz Glória Campos Lago

Jane Piton Serra Sanches

Lucas Barbosa Pelissari

Fernando Carlos Scheffer Machado

Representantes do Corpo Discente

Renan Silvério Alves de Souza

Ana Paula Carvalho Batista

Oséias de Souza Silva

Felícia Erika Nascimento Costa

Representantes Técnicos Administrativos

Priscilla Lopes Ribeiro

Bruna Gonçalves Machado

Marcelo Rodrigo de Castro

João Alex de Oliveira

Rafael Martins Neves

Mayara Lybia da Silva

Mônica Ribeiro de Araújo

Representantes dos Egressos

César Augusto Neves

Flávia de Fátima Rabelo

Isa Paula Avelar Rezende

Representantes Entidades Patronais

Mário Ferraz de Araújo

Alexandre Magno

Representantes Entidades dos Trabalhadores:

Clemilson José Pereira

Teovaldo José Aparecido

Representantes do Setor Público ou Estatais:

Eyder de Souza Lambert

Representantes Diretores-gerais dos *campi*

Luiz Flávio Reis Fernandes

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

João Paulo de Toledo Gomes

Thiago Caproni Tavares

Mariana Felicetti Rezende

Francisco Vitor de Paula

João Olympio de Araújo Neto

Renato Aparecido de Souza
